

STF engorda despesa obrigatória e emperra o Orçamento de 2019

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

O governo está enfrentando grande dificuldade para fechar o Orçamento da União do próximo ano. As despesas obrigatórias não estão deixando espaço para outros gastos. Só a despesa com servidores ativos e inativos subirá de R\$ 302 bilhões neste ano para R\$ 328 bilhões em 2019 (R\$ 26 bilhões a mais), de acordo com fonte credenciada da área econômica.

No entanto, este valor será alterado para cima depois da decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de reajustar os próprios vencimentos em 16,38%. A mesma fonte informou que o governo ainda está calculando o custo da decisão do STF, mas afirmou que "a conta será salgada por causa do efeito cascata".

O subsídio de ministro do STF é o teto salarial de todo o funcionalismo. Assim, quando ele é reajustado, os salários do presidente da República, do vice-presidente e dos ministros também são corrigidos

no mesmo percentual. Os detentores de DAS 6 - cargo em comissão mais elevado no funcionalismo federal - também serão beneficiados (cerca de 190 servidores). Além disso, milhares de servidores do Executivo e do Legislativo possuem remuneração superior ao teto salarial.

Como eles não podem receber mais do que o teto, as suas remunerações sofrem o que é chamado de "abate teto", ou seja, elas são reduzidas até o valor do vencimento de ministro do STF. Se o salário do ministro sobe, todos esses servidores, ativos e inativos, terão, automaticamente, aumento salarial.

Somente no Executivo são 5.773 servidores que têm remuneração acima do teto, de acordo com o Ministério do Planejamento. O gasto com esses servidores será de R\$ 243,1 milhões por ano, caso o Congresso Nacional aprove o reajuste de 16,38% do teto. No passado, já houve casos de senadores e deputados não aprovarem as propostas do STF. O

Planejamento não divulgou o custo do reajuste do teto no Legislativo nem no Judiciário.

A remuneração de toda a magistratura federal é reajustada automaticamente com o aumento do valor do subsídio de ministro do STF. A Constituição estabelece que a remuneração dos ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a 95% do subsídio mensal de ministro do STF. As remunerações dos demais magistrados são fixadas em lei, mas não podem exceder a 95% do subsídio dos ministros dos Tribunais Superiores.

A regra é válida para os magistrados estaduais, que também terão direito ao reajuste. Haverá, portanto, repercussão negativa nas finanças dos Estados, que já se encontram em grande dificuldade financeira.

O Ministério Público Federal costuma seguir a mesma orientação do STF. Está prevista uma reunião hoje da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, com os





procuradores para sacramentar o reajuste.

O gasto com pessoal não parou de subir durante o governo do presidente Michel Temer, que, tão logo assumiu o governo, referendou os acordos feitos pela ex-presidente Dilma Rousseff com o funcionalismo. Temer concedeu aumentos escalonados por três anos para todas as categorias de servidores. No caso do Judiciário, o número de parcelas foi ainda maior.

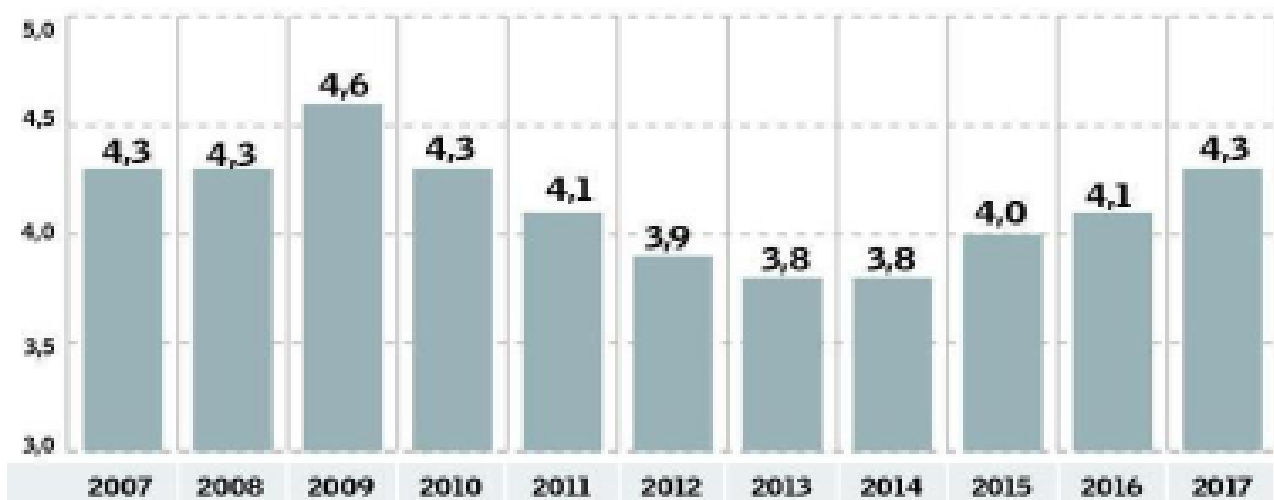
Em 2018, o gasto com pessoal ativo e inativo ficará em torno de R\$ 302,1 bilhões, segundo o relatório de avaliação de receitas e despesas, relativo ao terceiro bimestre, o que corresponde a 4,36% do PIB previsto para 2018, e deve chegar a 4,43% do PIB em 2019, de acordo

com fonte credenciada da área econômica. Em 2014, o gasto foi de 3,8% do PIB.

Para as fontes consultadas, o mais grave é que o Judiciário só cumpriu o teto de gastos, no ano passado, com a ajuda do Executivo. O mesmo acontecerá neste ano. A emenda constitucional 95, que instituiu o teto, autorizou o Executivo a compensar os gastos em excesso do Judiciário e do Legislativo até 2019. Ou seja, o Executivo é obrigado a ficar abaixo do seu limite em valor que seja suficiente para compensar o "estouro" dos demais Poderes. "O que vai acontecer a partir de 2020, quando não tiver mais a compensação?", questionou uma autoridade. (Colaborou Edna Simão)

Em expansão

Despesa da União com pessoal e encargos sociais, em % do PIB



Fonte: Tesouro Nacional

Decisão aumenta risco de Judiciário voltar a estourar teto

Por Marta Watanabe | De São Paulo

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de aprovar reajuste de salário a ministros da própria corte aumenta o risco de o Poder Judiciário descumprir o teto de gastos a partir de 2020. Em 2017, o Judiciário estourou o teto em R\$ 102 milhões, mas, conforme prevê a emenda constitucional que criou um teto anual para os gastos dos três poderes, o excedente será absorvido pelo saldo positivo da União. De 2020 em diante, o Judiciário não poderá mais desrespeitar o teto.

O teto vale desde o ano passado. Os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo têm os gastos controlados separadamente. Segundo a lei, a variação das despesas de cada poder fica limitada à inflação do ano anterior, dada pelo IPCA em 12 meses até junho. A lei vale por 20 anos, mas, nos três primeiros anos, o excedente de gastos (acima do teto) do Poder Judiciário pode ser compensado com gastos abaixo do teto pelo Executivo - foi o que ocorreu em 2017 e vai se repetir neste ano.

A partir de 2020, porém, o Executivo não poderá mais cobrir o excedente do Judiciário. Vilma Pinto, economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas lembra que

o cálculo do limite manterá sempre o patamar pela variação do IPCA a partir das despesas de 2016. Caso o gasto do Judiciário fique acima do limite da lei do teto em 2020, serão acionados os gatilhos previstos, explica a economista. Os gatilhos impedem reajustes salariais e a criação de despesas obrigatórias.

O STF, diz Vilma, representa 1,5% do gasto primário do Judiciário federal. A questão, porém, é o possível efeito cascata, já que o salário dos ministros do STF serve como teto para o funcionalismo. Em 2016 o gasto total do Judiciário foi de R\$ 36,02 bilhões. Pela lei do teto, as despesas estavam limitadas a R\$ 38,6 bilhões em 2017, R\$ 39,8 bilhões neste ano e R\$ 41,5 bilhões em 2019.

Para Marcos Lisboa, presidente do Insper, a decisão do STF é mais uma demonstração da resistência de grupos organizados em fazer o ajuste fiscal. "O que surpreende nesse caso é que isso veio da elite dos servidores públicos, que, com estabilidade de emprego e em momento de dificuldade, deveria dar o exemplo, e não ir na direção da insensatez em relação à crise que o país atravessa", diz. "Quem tem salários acima de R\$ 30 mil está na fatia do 1% mais rico da população."

Lisboa lembra que a repercussão da decisão não deverá se restringir às contas da União. "Alguns Estados

estão quebrados e outros quebrarão. Por causa do gasto com servidores e inativos, hospitais estão fechando, estradas têm menos manutenção, saneamento e educação têm menos recursos. Temo o que poderá acontecer no fim do ano se esse processo não for revertido."

A economista Ana Carla Abrão, sócia da Oliver Wyman, tem preocupação semelhante.

"Os governadores que vão assumir em 2019 herdarão um patamar excessivo de despesa de pessoal que poderá ter um potencial adicional com a decisão do STF", diz a economista. "A discussão sobre salários é sempre complicada porque é difícil definir o ganho adequado, mas o ponto mais impressionante e surpreendente neste momento é o fato de os ministros não entenderem que esses quase R\$ 6 mil no salário de cada um deles têm um efeito multiplicador enorme e de extrema gravidade", diz a economista, que já foi secretária de Fazenda de Goiás.

Levando em conta a totalidade dos gastos efetivos com folha, inclusive os chamados penduricalhos e os desembolsos que costumam ser retirados no cálculo, diz Ana Carla, todos os Estados já estão acima do limite de despesa com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ministério cobra Aneel por reajuste de tarifas sem discussão sobre CDE

Por Daniel Rittner | De Brasília

O Ministério de Minas e Energia quer adiar a aplicação imediata do aumento bilionário da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) nas tarifas dos consumidores. Mais de 4 milhões de clientes das distribuidoras de energia do Pará e do Espírito Santo já começam a sentir os efeitos da alta no orçamento da CDE, o "superfundo" responsável pela quitação de subsídios do setor, cuja previsão de desembolsos subiu R\$ 1,4 bilhão em 2018.

Na terça-feira, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou a abertura de audiência pública para discutir proposta de revisão no orçamento do fundo. O prazo para o envio de contribuições só termina no dia 28 de agosto. No entanto, antes mesmo disso, a agência incorporou a variação da CDE nas tarifas de duas distribuidoras de energia - a EDP Espírito Santo e a Celpa - que tiveram seus reajustes anuais definidos nesta semana.

Em ofício assinado ontem à tarde e obtido pelo Valor, o ministro Moreira Franco se disse surpreso com a aplicação imediata do

aumento e cobrou que isso só ocorra depois de terminado o processo de audiência pública.

Para Moreira, diante da possibilidade de desequilíbrio da CDE, a Aneel acertou ao abrir coleta de informações que possam contribuir com sua análise. Segundo ele, a audiência também propicia esclarecimentos aos consumidores e aos agentes do setor elétrico.

"Não obstante, surpreendeu-me a notícia de que a proposta de revisão das quotas da CDE teria efeito imediato", afirma o ministro na correspondência, que é dirigida ao diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino. Ele cita um artigo da Lei 9.427, de 1996, para argumentar que "somente" após conclusão da audiência poderia haver a incorporação do aumento nas contas de luz. "Nesse espírito, encareço a atenção de Vossa Senhoria para fortalecer o processo de consultas previsto em lei, de modo que o público não seja surpreendido por decisão antecipada."

Procurado pela reportagem, Rufino disse ter recebido ontem mesmo o ofício, que considerou "muito respeitoso" com o papel institucional da agência. "Não entendi como cobrança, como interferência,

mas como uma reflexão do ministro", afirmou. Ele pretende encaminhar ainda hoje uma resposta a Moreira. "Pedi um apanhado das áreas técnicas e vou compartilhar [o ofício de resposta] com os demais integrantes da diretoria colegiada antes de enviá-lo", completou.

O aumento nas "cotas" do fundo deve ter impacto acima de um ponto percentual nos reajustes tarifários que são aplicados no aniversário contratual de cada concessionária. A CDE banca despesas como o subsídio para consumidores de baixa renda, compra de combustível para o funcionamento de usinas térmicas em sistemas isolados e promoção de fontes incentivadas de energia. Uma das principais razões para aumentar o orçamento do fundo foi o atraso na venda de distribuidoras administradas pela Eletrobras, que é remunerada com encargo aos consumidores.

No ofício, Moreira garante que o ministério "respeita a autonomia, imparcialidade e transparência com que a Aneel conduz a sua atuação" e busca "sempre prestigiar as decisões da agência", mas frisa que a audiência "confere a necessária transparência ao debate".

Eunício defende corte de benefícios para magistrados

Por Fabio Murakawa e Marcelo Ribeiro | De Brasília

A decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de reajustar os próprios salários em 16,38% repercutiu negativamente entre os poucos deputados e senadores presentes ontem no Congresso, que terá que referendar ou rejeitar o aumento. Se, em meio à campanha eleitoral, já estava difícil encontrar parlamentares pelos corredores, foi impossível encontrar quem defendesse abertamente a medida.

O aumento, que pode gerar um efeito cascata de gastos bilionários para os cofres públicos, foi tema de discursos acalorados em plenário e alvo de críticas em entrevistas. O único que evitou se posicionar de maneira mais enfática foi presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira (MDB-CE). Ele deixou escapar, no entanto, que é preciso retirar "penduricalhos" dos salários dos juízes.

Esse reajuste de 16,38% já

estava previsto em um projeto de lei aprovado pela Câmara em 2016. Diante da repercussão negativa à época, ficou congelado desde agosto daquele ano na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do Senado. Caso seja ratificado, o salário dos ministros do STF passará de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil.

Como esses salários representam um teto para o funcionalismo, a alta gerará gastos bilionários para os governos federal, estaduais e municipais. Uma estimativa feita em 2016 pela Consultoria Legislativa do Senado previa um impacto financeiro anual de R\$ 4,5 bilhões.

Em polos opostos na eleição, as senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Ana Amélia (PP-RS) se manifestaram contra o aumento, aprovado anteontem com os votos de 7 dos 11 ministros da Corte.

Num país em que 50% da população tem renda média familiar de dois salários mínimos, chega a ser desrespeitoso um juiz pedir aumento quando ganha mais de R\$ 30 mil", disse ao Valor a presidente nacional

do PT. "Nós estamos com 13 milhões de desempregados. Acho que pelo menos tinha que ter solidariedade com o momento que o povo brasileiro está passando."

Candidata à vice na chapa do tucano Geraldo Alekmin, a senadora Ana Amélia avaliou o aumento como "inoportuno". "É preciso lembrar à sociedade que, quando o Supremo reajusta o salário dos 11 ministros [do STF], isso vai repercutir diretamente no aumento dos nossos vencimentos aqui no Senado, na Câmara, nas assembleias legislativas, nas câmaras de vereadores e em todo o setor administrativo federal."

A exemplo de Gleisi, ela lembrou que, "enquanto 13 milhões de brasileiros estão desempregados, tomar essa decisão agora é uma atitude de compreensão do momento difícil do ponto de vista fiscal que estamos vivendo".

"Eu tenho grandes preocupações com isso, que pode agravar o problema do nosso desajuste fiscal", disse. "E como a nossa despesa, a despesa geral pública, não cabe mais





na receita do setor público, sabe quem vai pagar a conta para cobrir essa diferença? Vai ser o contribuinte brasileiro, porque a única maneira de cobrir esse novo encargo será por meio do aumento dos impostos."

Os senadores Roberto Requião (MDB-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também foram à tribuna para falar contra o aumento.

Já Eunício evitou opinar. Mas disse que é preciso tirar "penduricalhos" dos salários - referindo-se à polêmica sobre benefícios como o auxílio-moradia para juizes que têm residência própria nas cidades onde trabalham.

"[O aumento] tem de vir para o Congresso para aprovação. É preciso que tenha, dentro do teto, recursos para que esse aumento possa acontecer", disse. "É preciso que a gente analise essa questão dos salários. E que a gente tire outro tipo de penduricalho."

Vice-presidente da Câmara, o deputado Fábio Ramalho (MDB-

MG) disse ser contrário ao efeito cascata estabelecido pelo reajuste dos salários do Judiciário. Ele defendeu que apenas ministros da Corte e do Superior Tribunal de Justiça deveriam ser beneficiados pela medida. "Sou favorável ao reajuste para os ministros do STF e do STJ, porque eles estão com os salários defasados há muito tempo. É preciso desvincular os reajustes."

Desde 2015, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos tramita no Senado. No fim de 2016, a proposta já estava disponível para ser votada no plenário da Casa, mas nunca foi pautada por Eunício. Procurado pelo Valor, o senador não respondeu o motivo de a proposta nunca ter sido levada à votação.

Desde o início da intervenção federal na área de segurança do Rio, em fevereiro, PECs não podem ser aprovadas pelo Congresso. Não era esse o caso em 2017.

Planalto evita fazer comentários, mas Marun diz que 'há uma preocupação'

Por Carla Araújo e Andrea Jubé
| De Brasília

O presidente Michel Temer evitou comentar sobre a aprovação do reajuste de 16,38% no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), aprovado pela Corte anteontem. No fim de uma cerimônia no Palácio do Planalto, Temer foi questionado sobre a decisão dos magistrados, mas saiu sem responder.

Articulador do governo no Congresso Nacional e uma espécie de porta-voz do Planalto, o ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo) foi o único que falou publicamente do tema, mas preferiu adotar a cautela nas declarações.

"Há uma preocupação, claro", disse, ressaltando que se tratava de uma avaliação pessoal e que ainda não participou de nenhuma reunião sobre o tema.

Segundo Marun, o Brasil vive "um conflito entre o justo e o possível". "De acordo com ele, pode até existir justiça no reajuste pedido, mas questiona se o aumento é possível neste momento. "Em relação a isso eu não sei."

Ele afirmou ainda que não chegou a analisar os números, mas tem preocupações em relação à possibilidade do aumento.

O aumento, se aprovado pelo Congresso, eleva de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil a remuneração de cada magistrado da Corte. O impacto estimado é de R\$ 2,87 milhões só para o Supremo no ano que vem, além de um efeito cascata de R\$ 717,1 milhões para o Poder Judiciário federal.

O impacto da decisão, porém, atinge todos os Poderes, pois o vencimento de um ministro da Corte serve de teto para todo o funcionalismo do país.

Apesar das declarações de Marun, o Palácio do Planalto evitou comentários sobre a decisão do STF, já que o assunto - apesar de afetar as contas públicas - é de outros Poderes. Auxiliares do presidente Temer disseram que o Ministério do Planejamento, que trabalha para concluir até o dia 31 de agosto a proposta de Orçamento para 2019, é que vai analisar o tema pelo Executivo.

Conforme mostrou o Valor, na edição de quarta-feira, Temer aceitou avaliar a proposta de adiamento do reajuste dos servidores públicos civis para reforçar o orçamento do Ministério da Educação, área social e investimentos. A economia com o adiamento seria de R\$ 6,9 bilhões. A proposta foi apresentada pelo ministro do Planejamento, Esteves Colnago, ao presidente. Inicialmente, o Planejamento desejava postergar também o reajuste dos militares.

Por 'paridade' MP deve seguir decisão do Supremo

Por Isadora Peron e Luísa Martins | De Brasília

Assim como os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), a chefe do Ministério Público Federal (MPF), Raquel Dodge, deve incluir na proposta orçamentária do ano que vem a previsão de 16,38% de reajuste nos salários de procuradores da República. O tema vai ser discutido hoje em uma reunião do Conselho Superior do Ministério Público.

O órgão costuma seguir o entendimento do Judiciário e adotar "paridade" em relação à remuneração dos ministros da Corte. No ano passado, por exemplo, depois de inicialmente prever o aumento salarial para os gastos de 2018, o MPF recuou, pois o Supremo decidiu não incorporar em sua proposta o acréscimo nos vencimentos.

O resultado, no entanto, foi diferente na sessão administrativa realizada na quarta-feira na Corte. Por 7 votos a 4, os ministros

contrariaram o projeto original da presidente, ministra Cármen Lúcia, e decidiram incluir os 16,38% de reajuste em seus salários - que servem de base para todo o funcionalismo. Se houver o aval do Congresso Nacional, os ministros do STF passarão a ganhar R\$ 39,3 mil - atualmente, o valor é de R\$ 33,7 mil.

Em palestra para estudantes de Direito em Brasília, Cármen afirmou ontem que, apesar de ter perdido o julgamento, "não queria estar ao lado dos vencedores". Ainda sujeita à aprovação do Congresso Nacional e à sanção do presidente Michel Temer, a previsão de elevação nos vencimentos dos ministros gerou polêmica com a sociedade civil, diante de um cenário de crise econômica no país.

"Não era o que eu queria e continuo não convencida de que era o melhor para o Brasil", disse Cármen. Votaram com a presidente os ministros Celso de Mello, Edson Fachin e Rosa Weber; pela previsão de reajuste, os ministros Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio, Luiz

Fux, Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes.

Os votos dos quatro últimos chamaram a atenção porque, na sessão administrativa do ano passado, eles foram contrários à elevação de seus próprios salários. Barroso chegou a afirmar, na ocasião, que, sinalizar a necessidade de aumento, "faria mal ao Supremo, do ponto de vista institucional", enquanto Moraes citou que, em um cenário latente de crise, era necessário que a Corte "desse o exemplo".

Neste ano, porém, Barroso afirmou que "não gostaria de impedir o Congresso de decidir" sobre o aumento - que consta em um projeto de lei já aprovado pela Câmara e com análise pendente pelo Senado. Na entrada da sessão plenária de ontem, Moraes disse que "não podia, mais um ano, subtrair do Congresso essa apreciação".

"Puxador" do voto pela inclusão do reajuste salarial na proposta, Lewandowski minimizou, o impacto





que o aumento pode ter nas contas públicas. Ele sugeriu que, como a Justiça tem logrado êxito em recuperar para a Petrobras milhões em verbas desviadas na Operação Lava-Jato, compensaria para o país a alta na remuneração do Judiciário.

"Vocês repararam que os juízes de Curitiba devolveram R\$ 1 bilhão de dinheiro desviado da Petrobras? Só essa devolução representou uma quantia muito maior do que aquela que será remanejada", ponderou ontem.

Toffoli justificou-se afirmando que sempre acompanha o orçamento proposto por quem irá geri-lo no ano seguinte. O Valor apurou que, como ele assume a presidência no mês que vem (herdando, portanto, essa

responsabilidade), não se sentiu obrigado a, por tradição, acompanhar Cármen.

Já Gilmar, de um ano para outro, acabou decidindo por um voto-médio: incluir o reajuste, com a condição de que o STF não demore a julgar os "penduricalhos", como o auxílio-moradia.

Na PGR, o aumento deve prosperar sem resistência, afirmou o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti. "A procuradora-geral da República já anunciou publicamente que havia tomado uma decisão e que era coerente com a posição dela do ano passado, a favor de incorporar [o reajuste]", disse ontem ao Valor.

Reajuste no STF terá impacto de pelo menos R\$ 4,5 bilhões

Cálculo do Senado estima rombo nos cofres públicos por causa do efeito cascata em salários de outros Poderes

CAROLINA BRIGIDO,
CRISTIANE JUNGLUT E
MARTHA BECK

Brasília/ Os cofres públicos podem ter um impacto negativo de pelo menos R\$ 4,5 bilhões por ano se os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) aumentarem de R\$ 33,7 mil para 39,2 mil. A estimativa é da consultoria de Orçamento do Senado, resultado do efeito cascata nos salários do Executivo, Legislativo, Ministério Público, entre outros órgãos, a partir do aumento do Supremo. A medida ainda precisa passar pelo Congresso.

A previsão constou do parecer apresentado pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que foi relator do projeto de reajuste na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE).

—Votar esse aumento seria um desastre, uma bofetada na cara da população—disse Ferraço, que, no parecer de 2016, destacou o problema das vinculações constitucionais, com o chamado efeito cascata.

A repercussão negativa do aumento de 16,38% fez ressurgir

ontem na Corte o debate sobre o fim do auxílio-moradia aos juízes. Para tentar amenizar a pressão da opinião pública, ministros passaram a sinalizar o clima favorável à derrubada da regra atual, que estende o benefício a todos os magistrados, mesmo que já tenham imóveis.

Na avaliação dos integrantes da Corte, o reajuste aprovado, se concedido, deixaria de justificar a existência do penduricalho, defendido pela magistratura

como uma espécie de compensação salarial. Hoje, cada juiz ganha, em média, de R\$ 4 mil a R\$ 6 mil a título de auxílio-moradia. O custo é de cerca de R\$ 289 milhões por ano.

A presidente do tribunal, ministra Cármen Lúcia, disse ontem a colegas que pretende pautar o assunto para os próximos dias. Antes disso, o relator do caso, Luiz Fux, precisa liberar os processos para o plenário. Ministros do STF também consideram importante, agora que o reajuste parece equacionado, julgar ações questionando outros pendurica-lhos nos contracheques do Judiciário e do Ministério Público. O ministro Marco Aurélio Mello defendeu ontem publicamente que a Corte julgue logo essas questões. Segundo o ministro, o auxílio-moradia é apenas um dos benefícios da magistratura criados para suprir o achatamento no salário da categoria, que estaria com

vencimentos defasados desde 2009:

— Votei em 2012 para a necessidade de previsão do auxílio-moradia em lei. Nós temos que acabar com essa história. Remunere-se bem, mas com transparência.

Embora tenha condenado o auxílio, o próprio Marco Aurélio fez coro ontem com os ministros da Corte que defenderam o reajuste. O ministro Ricardo Lewandowski apropriou-se dos resultados da Lava-Jato, que investigou o escândalo da Petrobras nos últimos quatro anos, para tentar minimizar o impacto do reajuste nos cofres públicos. Ele lembrou que, em Curitiba, os investigadores da Lava-Jato anunciaram ontem a devolução ao erário de R\$ 1 bilhão desviado da Petrobras (detalhes na reportagem abaixo). Ele comparou essa quantia ao impacto do reajuste de 16,38% para os juízes.

GLEISI E ANA AMÉLIA
JUNTAS

Segundo estudos da Corte, a medida implicará gastos extras da ordem de R\$ 2,7 milhões ao ano para o STF e de R\$ 717 milhões para a Justiça Federal.

— Vocês repararam que ontem os juízes de Curitiba devolveram R\$ 1 bilhão de dinheiro desviado da Petrobras? Isso sem falar nos milhões e milhões de reais que os





juízes federais e estaduais recuperam para os cofres públicos nas execuções fiscais — disse Lewandowski.

Em resposta às críticas de que o momento do reajuste não foi adequado, diante da crise fiscal e econômica do país, o ministro lembrou que o prazo para envio da proposta de orçamento é a próxima semana:

— Nós tínhamos de mandar o Orçamento, nós temos prazo para mandar o Orçamento. Então, timing de discutir o orçamento é agora.

O ministro Alexandre de Moraes também defendeu o reajuste, diante da defasagem dos salários em relação a outras carreiras:

— As únicas duas carreiras que não tiveram a revisão depois de vários anos foram o Ministério Público e a magistratura. Todas as demais tiveram.

O reajuste do Judiciário, que ainda precisa ser votado no Senado, repercutiu mal no meio político. Geralmente adversárias ferrenhas, ontem, as senadoras Ana Amélia (PP-RS), candidata a vice-presidente na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB), e Gleisi Hoffmann (PT-PR), presidente nacional do PT, uniram-se nas críticas.

— Uma proposta dessa é desrespeitosa com o povo brasileiro. A nossa população ganha muito pouco. Por que precisa conceder aumento para essa gente? — questionou a petista.

—É preciso lembrar à sociedade que, quando o Supremo aumenta o salário dos 11 ministros, esse aumento vai direto repercutir no aumento dos nossos vencimentos aqui no Senado, na Câmara, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras de Vereadores, na administração federal — afirmou Ana Amélia.

Acinte federal

Uma elite encastelada em um dos Poderes da República decidiu ignorar o estado calamitoso das finanças públicas e partir em busca de um quinhão maior do dinheiro do contribuinte brasileiro.

Assim procederam os ministros do Supremo Tribunal Federal que, por 7 votos a 4, aprovaram na quarta-feira (8) proposta que prevê reajuste salarial de 16,4% aos magistrados em 2019, conforme reivindicam entidades da categoria.

O aumento, que depende da aprovação do Congresso, não constitui apenas uma irresponsabilidade orçamentária — trata-se de um acinte em um país que empobreceu nos últimos anos e abriga 13 milhões de desempregados.

Com a medida, os vencimentos dos ministros do STF, que delimitam o teto da administração pública, passarão de R\$ 33,8 mil para R\$ 39,3 mil mensais. Mesmo o primeiro valor já se mostra uma enorme regalia na realidade nacional, em que a renda média do trabalho do 1% mais rico é de R\$ 27,1 mil.

A exorbitância é maior, porém. Graças a uma coleção de penduricalhos — incluindo o notório auxílio-moradia concedido de forma generalizada graças a uma liminar do Supremo — e brechas legais, cada um dos cerca de 18 mil magistrados do país custa, em média, R\$ 47,7 mil por mês ao erário.

Tais valores, mais a garantia de estabilidade no emprego e privilégios como dois meses de recesso anual, são mais que suficientes para invalidar as queixas da corporação quanto à ausência de correção salarial nos últimos três anos. Mas há ainda o impacto nos depauperados cofres governamentais.

Com efeito cascata da ampliação do teto do serviço público, estima-se um gasto adicional de R\$ 4 bilhões ao ano na União (R\$ 1,4 bilhão) e nos estados, segundo cálculo das consultorias do Congresso.

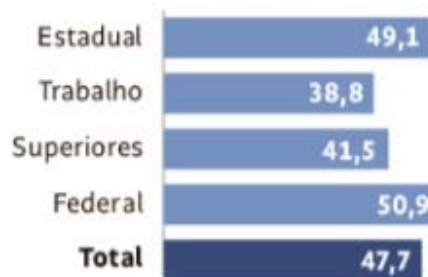
A legislação orçamentária para 2019 já prevê que as despesas federais, excluindo juros da dívida, superarão as receitas em R\$ 139 bilhões. É a esse aparato deficitário, no qual prioridades como saúde, educação e infraestrutura correm risco de perder verbas, que se pretende apresentar a fatura extra.

Chega a ser espantoso o argumento do ministro Ricardo Lewandowski, do STF, de que juízes contribuem para recuperar recursos públicos desviados, citando a recente devolução, por meio da Lava Jato, de R\$ 1 bilhão à Petrobras.

O custo anual do Judiciário brasileiro corresponde a mais de 80 vezes tal cifra. É possivelmente o mais caro do mundo como proporção do Produto Interno Bruto, devido ao número de servidores, principalmente, e aos salários muito acima do padrão nacional.

Gasto médio por magistrado

Em 2016, R\$ mil mensais



Fonte: CNJ

Próximo governo herda gasto extra de R\$ 42 bi

Salários de servidores, aposentadorias e benefícios consomem 70% da folga prevista na regra do teto de despesas da União

Flavia Lima

São Paulo- O reajuste do Judiciário, definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é mais um elemento explosivo para as contas públicas. Somando o aumento dos juízes, os reajustes de outras categorias de servidores e o efeito do repique inflacionário sobre o salário mínimo — que serve de base para corrigir pensões, aposentadorias e benefícios — o novo governo recebe em 2019 uma conta extra de R\$ 42,1 bilhões.

O valor equivale a 70% dos 59,3 bilhões permitidos como despesas adicionais no próximo ano, segundo a regra do teto de gastos.

Sobriariam R\$ 17,2 bilhões para todos os outros gastos — de saúde e educação a investimentos públicos. Em outras palavras, o gasto praticamente bateu no teto.

A conta de salários inclui o reajuste de ministros do STF e seus efeitos sobre todo o Poder Judiciário (na esfera federal), caso aprovado,

de R\$ 1,4 bilhão, segundo estimativas das consultorias da Câmara e do Senado.

Nesta quarta-feira (8), o STF aprovou uma proposta de reajuste de 16,38% — o que significa uma alta de dois dígitos já descontada a inflação —, o que levará os salários dos ministros a R\$ 39,3 mil.

Os gastos incluem ainda a folha de pessoal ativo e inativo prevista no PLO A (Projeto de Lei Orçamentária) em elaboração, no valor de R\$ 26 bilhões. Esse número inclui o aumento já prometido aos servidores federais, estimado em R\$ 7 bilhões e que o governo busca postergar para 2020.

Ainda há o impacto do aumento previsto pela regra do salário mínimo sobre os gastos previdenciários. Levantamento feito por Fábio Klein, especialista em contas públicas da consultoria Tendências, indica que só a regra do mínimo deve elevar os gastos previdenciários em R\$ 14,7 bilhões.

A regra do salário mínimo fala em reajuste segundo a inflação medida pelo INPC mais o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Ela afeta as despesas públicas via gastos e benefícios

previdenciários.

Segundo Klein, cada aumento de R\$ 1,00 no mínimo tem um impacto de R\$ 301 milhões nas contas públicas, principalmente em função dos benefícios previdenciários e assistenciais a ele vinculados.

A questão, diz ele, é que a regra do mínimo está prevista em lei e deve ser cumprida.

Caberá ao próximo presidente revisar ou manter essa regra na proposta em 2020, a ser enviada em abril para o Legislativo. Há economistas que avaliam que ela precisa ser revista, justamente em razão de seus impactos sobre as contas do governo.

Mas é complicado dizer à sociedade que é preciso rever uma regra que favorece mais de 22 milhões de pessoas apenas na Previdência e, ao mesmo tempo, justificar aumentos dados à elite do funcionalismo, diz Klein.

Para ele, o primeiro ano fiscal do próximo governo não será nada fácil. Restrições fiscais severas e temas politicamente sensíveis irão dominar a agenda do próximo presidente — e os conflitos salariais estarão no centro da polêmica política-orçamentária.





Efeitos de reajustes para servidores travam margem de manobra no Orçamento de 2019

Próximo presidente terá menos espaço fiscal para gastar recursos da União

R\$ 59,3 bilhões

é quanto o governo pode gastar a mais em 2019, de acordo com a regra do teto de gastos

R\$ 42,1 bilhões (71%)

é o total que o governo terá comprometido de seu Orçamento para gastos em 2019 em razão do impacto dos reajustes de salários e benefícios

R\$ 17,2 bilhões

é o que sobra para o governo federal gastar no próximo ano

R\$ 1,4 bilhão

efeito
cascata do
Judiciário

R\$ 26 bilhões

impacto de
reajuste para o
funcionalismo

Reajustes para servidores federais

253 mil

servidores federais civis, ativos e inativos, do Poder Executivo foram beneficiados com reajustes salariais negociados em 4 anos —escalonados até 2019. Entre as carreiras estão:

- médicos do INSS
- auditores e analistas da Receita
- auditores do Trabalho
- analistas de Políticas Sociais
- Polícia Federal
- Polícia Rodoviária Federal
- carreira jurídica
- carreira de finanças e controle
- CVM e Susep
- analistas e técnicos do Banco Central
- carreira de diplomacia





R\$ 14,7 bilhões

efeito do reajuste do salário mínimo sobre o INSS

64,6%

dos beneficiários da Previdência, ou **22,5 milhões**, receberam um salário mínimo em junho

Rombo da Previdência, em R\$ bilhões



R\$ 190,4 bilhões

é o rombo da Previdência nos últimos 12 meses até junho

R\$ 90,82 bilhões

é o rombo da Previdência no acumulado do primeiro semestre deste ano

Fontes: Tendências Consultoria, Ministério da Fazenda, Consultoria do Senado e Boletim Estatístico da Previdência Social

Congresso não vê espaço para aprovar reajuste dos juizes

Bernardo Caram, Maeli Prado e Talita Fernandes

Brasília- Se aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Michel Temer, a proposta dos ministros do STF de reajustar os próprios salários em 16,38% terá um impacto de aproximadamente R\$ 4 bilhões nas contas da União e dos estados.

O aumento eleva os salários dos ministros dos atuais R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil a partir de 2019, gerando um efeito cascata em todo o setor público.

No dia seguinte à decisão da Corte, o Congresso indicou que a aprovação do reajuste não será rápida nem fácil.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), afirmou que não há prazo para que a proposta seja analisada pela Casa, ressaltando que eventual votação do reajuste pode ficar, inclusive, para depois das eleições de outubro.

Apesar de defender o fim dos

chamados "pendurica-lhos", benefícios pagos além do salário, Eunício indicou que não entrará em confronto com o Judiciário.

"Comprendemos o momento que vivemos do ponto de vista da economia, mas também temos que compreender que cada poder é autônomo e pode tomar suas decisões", afirmou.

Responsável pelo projeto que serve de base para a elaboração do orçamento de 2019, o senador Dalírio Beber (PSDB-SC) afirmou que não há espaço para reajustes salariais de servidores no ano que vem.

"Não se tem nenhuma perspectiva de termos receitas suficientes para atender as despesas existentes, muito menos aquelas que eventualmente ainda pudermos criar", disse Beber à Folha.

O senador foi relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2019, aprovada pelo Congresso em julho. Na tramitação, ele tentou incluir no texto uma proibição de

reajustes de servidores no ano que vem, mas foi derrotado em plenário.

Na avaliação de Beber, o cenário de fraco desempenho econômico aliado a um aumento de despesas com reajustes salariais poderá resultar em aumento de impostos.

Responsável pela articulação da Presidência com o Congresso, o ministro Carlos Martin (Secretaria de Governo) disse que a aprovação do reajuste de salário dos ministros do STF desperta preocupação.

"Eu não tenho uma posição do governo, tenho uma posição pessoal de que o Brasil vive um conflito entre o justo e o possível", afirmou.

Até 31 de agosto, o governo vai enviar ao Congresso o orçamento de 2019. Para o relator-geral da proposta, senador Waldemir Moka (MDB-MS), será preciso analisar o reajuste do STF com base no espaço disponível no orçamento. "Se dentro daqueles recursos para os poderes tiver espaço orçamentário, é uma prerrogativa do Poder Judiciário", disse.

A Capes e a lógica matemática

Embora o Ministério do Planejamento ainda não tenha concluído a proposta de orçamento da União para 2019, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) enviou ao Ministério da Educação (MEC), ao qual está subordinada, um ofício criticando eventuais reduções de verbas e advertindo para o risco de um “apagão da pesquisa”. O ofício, redigido pelo Conselho Superior do órgão, integrado por representantes do governo e de entidades acadêmicas e empresariais, pede “ação urgente em defesa da instituição”. Segundo a Capes, seus dirigentes teriam recebido a informação de que o orçamento do próximo ano será inferior em R\$ 580 milhões ao de 2018. Se isso ocorrer, o órgão só terá recursos para o primeiro semestre de 2018, o que o obrigará a suspender, a partir de agosto, o pagamento de 93 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, além de 105 mil relacionadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, ao Programa de Residência Pedagógica e ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.

A Capes também alegou que uma redução em seu orçamento a levará a interromper o funcionamento do Sistema Universidade Aberta e dos mestrados profissionais destinados a docentes da educação básica, afetando 245 mil beneficiados. Afirmou ainda que terá de rever os programas de cooperação internacional em vigor, o que prejudicará a “imagem do Brasil no exterior”. A reação da comunidade acadêmica foi a esperada. Cientistas e acadêmicos afirmaram que o documento da Capes foi uma espécie de “Dia do Juízo Final da Ciência Brasileira”. Houve quem acusasse o presidente Michel Temer de ser “inimigo da pesquisa”. E pesquisadores anunciaram que os próximos alvos serão o Programa Nacional do Livro e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Na realidade, tanto o ofício da Capes quanto a reação histórica que provocou nada mais foram do que uma inadmissível forma de pressão de um órgão do segundo escalão governamental contra as autoridades orçamentárias. Foi por isso que o Ministério do Planejamento reagiu de modo rápido e objetivo, para evitar que outros órgãos seguissem o caminho irresponsável da Capes. Em nota, informou que, por causa da queda na arrecadação, as autoridades orçamentárias terão de ajustar o orçamento de cada pasta a um cenário econômico adverso, em 2019. No caso do MEC, elas informaram que proporão um corte para as despesas não obrigatórias de 11%, mas esclareceram que caberá ao titular da pasta a liberdade de gastar os recursos disponíveis conforme as prioridades que estabelecer. Também lembraram que, por causa da criação desenfreada de universidades e institutos federais pelos governos petistas, o que levou à inclusão de 100 mil novos servidores na folha de pagamento do MEC, os gastos do órgão explodiram. Como não há recursos para aumentar indefinidamente o orçamento da pasta, acabou sobrando menos dinheiro para os gastos discricionários, dentre os quais se incluem os programas de bolsas de pós-graduação e qualificação de professores da Capes.

“A lógica é matemática”, lembraram os técnicos do Planejamento. Por terem desprezado essa lógica, quando se opuseram a medidas destinadas a equilibrar os gastos públicos, como o projeto de reforma da Previdência, as corporações do funcionalismo – dentre as quais as dos professores das universidades e escolas federais beneficiados pela Capes – só agravaram a crise fiscal. E agora, antes mesmo de o Ministério do Planejamento concluir a proposta orçamentária de 2019, elas se apressaram a protestar, como se houvesse uma solução miraculosa capaz de atender a todas as expectativas e demandas da máquina governamental. Quando havia a possibilidade de conter a proliferação irresponsável de universidades, essas pessoas agora preocupadas com o futuro da educação e da pesquisa se calaram.